



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1628302 - SP (2019/0363561-2)

RELATORA : **MINISTRA NANCY ANDRIGHI**
AGRAVANTE : PEARSON EDUCATION DO BRASIL LTDA
ADVOGADOS : SUSETE GOMES - SP163760
RODOLFO MURARO FEITOZA - SP299732
MIRELLE LATTARO VEGETTE - SP272172
ROBERTO DE FARIA MIRANDA - SP249111
PAULA LANZI DE GODOY - SP355216
AGRAVADO : JOSÉ MAURICIO LANÇA
ADVOGADO : LAISA SANT ANA DA SILVA - SP287874

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DA DECISÃO DE ADMISSIBILIDADE DO RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA. SÚMULA 182/STJ.

1. O agravo interposto contra decisão denegatória de processamento de recurso especial que não impugna, especificamente, todos os fundamentos por ela utilizados, não deve ser conhecido.
2. Agravo não conhecido.

DECISÃO

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto contra decisão que inadmitiu recurso especial, fundamentado no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c" da Constituição Federal.

Ação: resolução contratual c/c perdas e danos, ajuizada por JOSE MAURÍCIO LANÇA, em face da agravante, em virtude de contrato de franquia firmado entre as partes.

Decisão de admissibilidade do TJ/SP: inadmitiu o recurso especial com base nos seguintes fundamentos: i) não foi demonstrada a violação dos dispositivos arrolados; ii) necessidade de reexame de contexto fático-probatório (Súmula 7/STJ); iii) ausência de comprovação do dissídio jurisprudencial alegado.

ARESP de PEARSON EDUCATION DO BRASIL LTDA: não demonstrou, de maneira consistente, a inaplicabilidade dos seguintes óbices: i) necessidade de reexame de contexto fático-probatório (Súmula 7/STJ); ii) ausência de comprovação do dissídio

jurisprudencial alegado.

RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.

O agravo que não impugna, especificamente, todos os fundamentos da decisão recorrida não deve ser conhecido, conforme disposto na Súmula 182/STJ.

Forte nessas razões, NÃO CONHEÇO do agravo em recurso especial, com fundamento no art. 932, III, do CPC/15.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, considerando o trabalho adicional imposto ao advogado da parte agravada em virtude da interposição deste recurso, majoro em 2% os honorários fixados anteriormente, ressalvada eventual concessão da gratuidade da justiça.

Alerto que a interposição de recurso contra esta decisão, declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar sua condenação ao pagamento das penalidades fixadas nos arts. 1021, §4º e 1026, §2º do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 20 de março de 2020.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora